



Universidade do Minho  
Conselho Geral

## **Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho**

### **Ata Nº 01/2019**

Aos catorze dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, pelas dez horas, reuniu na Sala de Reuniões da Reitoria, no Largo do Paço - Braga, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), em sessão extraordinária aberta ao público, com a seguinte ordem de trabalhos:

#### **= Reunião aberta ao público =**

##### **Assuntos de iniciativa do Conselho Geral**

1. Aprovação da ata número 6/2018, referente à reunião do dia 17/12/2018;
2. Calendarização das reuniões do plenário para o ano de 2019;
3. Votação eletrónica nas eleições para o Conselho Geral.

##### **Assuntos de iniciativa do Reitor**

1. Plano de Atividades dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho para 2019;
2. Orçamento dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho para 2019;
3. Regulamento Orgânico dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho;
4. Proposta de alteração dos Estatutos dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho;
5. Estatutos da Associação CECOLab – Collaborative Laboratory Towards Circular Economy;
6. Estatutos da Associação CoLab4Food – Laboratório Colaborativo para Inovação da Indústria Alimentar;
7. Estatutos da Associação Laboratório Colaborativo Investigação e Inovação em Biorrefinarias;
8. Estatutos da Associação para a Bioeconomia Azul – Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul (B2E);
9. Informações.

Estiveram presentes os Conselheiros Luís Valente de Oliveira, que presidiu, Álvaro Sanróman, Ana Serrano, Diamantino Pereira, Eugénio Ferreira, Luís Amaral, Maria Helena Guimarães, Maria José Casa-Nova, Patrícia Jerónimo Vink, Paulo Pereira, Sandra Paiva, Bruno Gonçalves, Nuno Reis, Maria José Costa, Victor Soares, José Teixeira, Maria da Graça Coelho, Manuel Carvalho da Silva, Paula Silva e Ramón Villares. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Justificaram a ausência os Conselheiros Óscar Gonçalves, Isabel Soares e Inês Silva. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata (anexo I).

Previamente ao início da reunião do Plenário, foi investido como Membro Representante dos Professores e Investigadores no Conselho o Professor Diamantino Manuel Ínsua Pereira, por renúncia ao mandato da Doutora Alexandra Margarida Pinto Marques.

### **Assuntos de Iniciativa do Conselho Geral**

#### **1. Aprovação da ata n.º 6/2018, referente à reunião do dia 17/12/2018**

O Presidente colocou à votação a ata número 06/2018, respeitante à reunião do Plenário ocorrida no dia 17 de dezembro de 2018, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, não obstante o pedido do Reitor para a introdução de algumas alterações no texto da mesma.

#### **2. Calendarização das reuniões do plenário para o ano de 2019**

Foi apresentada a proposta de calendarização para as reuniões ordinárias do Plenário do Conselho no ano de 2019, a qual foi aprovada por unanimidade dos membros presentes, tendo sido fixadas as datas de 25 de março, 17 de junho, 21 de outubro e 16 de dezembro para a realização das referidas reuniões.

#### **3. Votação eletrónica nas eleições para o Conselho Geral**

O Presidente deu a palavra ao Conselheiro Luís Amaral que informou os presentes que a inclusão deste ponto na agenda decorre da proximidade da eleição dos representantes dos Estudantes no Conselho, cujo mandato cessará em abril de 2019, tornando-se assim necessário que a plataforma de votação eletrónica esteja operacional para a realização da mesma, cumprindo assim a decisão do Conselho de que os atos eleitorais para órgão serão efetuados com recurso à votação eletrónica. Neste âmbito, solicitou ao Reitor um ponto de situação sobre o desenvolvimento da plataforma, dado tratar-se de um ato eleitoral com um número de eleitores considerável.

Recordou que ele próprio e o Conselheiro Eugénio Ferreira haviam sido indigitados para procederem à revisão do Regulamento Eleitoral, tendo em vista a sua adequação à votação eletrónica, e informou que em breve começarão os trabalhos nesse sentido.

O Reitor transmitiu o compromisso da Reitoria em criar as condições para que a votação eletrónica possa ser utilizada nos diferentes atos eleitorais levados a cabo na Universidade, na medida em que foram retiradas vantagens importantes da sua utilização, em particular no que à participação dos eleitores diz respeito. Recordou que as recentes eleições para os órgãos do Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos (I3Bs) foram realizadas com o recurso a essa plataforma, mas informou que tal já não será possível acontecer nas eleições para os órgãos da Escola de Psicologia, por razões que se prendem com o desenvolvimento da plataforma. Fez saber que a plataforma foi desenvolvida no âmbito de um projeto da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), estando neste momento a ser clarificadas junto dessa Agência as condições para que seja possível proceder à apropriação da plataforma, de modo a permitir a sua utilização de forma generalizada na Universidade. Dado que este processo está a ser acompanhado pelo Conselheiro Luís Amaral, solicitou-lhe informação complementar sobre as questões que

estão ainda pendentes, as quais considerou deverem ser rapidamente resolvidas sob pena de se assistir a um retrocesso no processo.

O Conselheiro Luís Amaral referiu que a plataforma se destina à utilização interna e externa à Universidade e que a sua utilização externa está dependente de uma auscultação à AMA, entidade responsável pelo financiamento do desenvolvimento da plataforma, no sentido de se encontrar um contexto legal que possa dar continuidade à mesma. Ao nível interno, disse que está atualmente a ser realizado um trabalho ao nível da organização dos serviços, bem como na definição/instituição dos procedimentos necessários à normalização da sua utilização.

O Presidente agradeceu as informações prestadas e solicitou ao Conselheiro Luís Amaral para que a revisão do Regulamento Eleitoral para as eleições do Conselho Geral fosse realizada de modo a que o documento final pudesse ser apreciado na próxima reunião do Plenário, prevista para o dia 25 de março.

Antes de dar início aos assuntos de iniciativa do Reitor, o Presidente deu a palavra ao Conselheiro Manuel Carvalho da Silva, o qual se dirigiu ao Conselho para informar que o júri do projeto de investigação *“Corpo docente: caracterização demográfica e estratégias de rejuvenescimento”* se reunirá no período da tarde para decidir sobre as três candidaturas recebidas. Deu conhecimento de que numa das candidaturas é expressa uma dimensão e objeto considerados fora do âmbito do edital do concurso aprovado pelo Conselho, e que a decisão do júri sobre a admissão das candidaturas a concurso terá apenas como pressupostos a realização de um projeto que proceda à caracterização demográfica atual e prospetiva do corpo docente da Universidade do Minho, que efetue uma análise dos efeitos das alterações demográficas do corpo docente ao nível do ensino, investigação e interação com a comunidade e que apresente propostas de estratégias de rejuvenescimento.

### **Assuntos de Iniciativa do Reitor**

#### **1. Plano de Atividades dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho para 2019**

Foi solicitada a presença do Administrador dos Serviços de Ação Social (Administrador), Prof. Doutor António Paisana, para a realização de uma apresentação do Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social da UMinho (SASUM) para o ano de 2019.

O Administrador cumprimentou os presentes e referiu que a apresentação fornecerá informação complementar àquela que consta dos documentos remetidos ao Conselho, começando por destacar o modo de apresentação do Plano de Atividades, cuja estrutura contém uma definição dos objetivos para o ano em causa, a identificação das iniciativas genéricas consideradas importantes para o desempenho dos serviços, assim como os resultados após a sua implementação ao longo do ano, sendo que algumas dessas atividades se prolongarão para além do ano de 2019.



Enunciou de seguida os objetivos, as iniciativas e os resultados definidos para o ano de 2019, tendo evidenciado a realização de dois eventos considerados de grande importância, dado que envolverão um número significativo de participantes: o Campeonato Europeu de Futsal, a realizar em Braga e que contará com cerca de 750 participantes, e as Fases Finais dos Campeonatos Nacionais Universitários, que decorrerão em Guimarães e terão 2500 participantes.

Deu também a conhecer as metas associadas aos diferentes departamentos, com vista à prossecução dos objetivos e iniciativas planeadas.

Concluída a apresentação do Plano de Atividades dos SASUM para 2019, o Presidente abriu o debate.

O Conselheiro Victor Soares saudou o documento e considerou como aspetos positivos a efetiva e rápida integração dos trabalhadores dos SASUM no âmbito do PREVPAP; a intenção da constituição do Conselho Consultivo dos SASUM; a preocupação em reforçar a formação profissional e a requalificação dos recursos humanos, através de um diagnóstico das necessidades formativas; a formação dos trabalhadores em áreas estratégicas e a designação do ano de 2019 como sendo o ano do trabalhador, cujo simbolismo se reveste de grande importância e irá coincidir com a constituição da Comissão de Trabalhadores da UMinho.

Disse ter informação de que existem atualmente no mapa de pessoal dos serviços 132 Assistentes Operacionais, estando prevista, até ao final de 2019, a existência de 8 Encarregados Operacionais. Dado que alguns dos atuais Assistentes Operacionais já exercem funções equiparadas às dos Encarregados Operacionais, solicitou ao Administrador informação sobre as medidas que estão a ser tomadas com vista a que esses trabalhadores possam vir a ser promovidos. No âmbito da atividade de combate ao absentismo, questionou se já é possível enunciar algumas das medidas em concreto que serão implementadas e, na área do desporto, pediu a indicação sobre a possibilidade de acesso público aos diversos protocolos de cooperação com as diferentes entidades para a prática desportiva, dado o seu entendimento de que toda a Comunidade deles deva ter conhecimento.

O Conselheiro Luís Amaral mostrou preocupação pelo facto de o Plano de Atividades não fazer qualquer referência à requalificação do serviço de grill da cantina do Campus de Azurém, e solicitou informação sobre a previsão para a realização da mesma. Chamou a atenção para a importância de dotar aquele espaço de condições que permitam, à semelhança do Restaurante Panorâmico do Campus de Gualtar, uma melhor receção a convidados externos. Pediu também informação sobre o número médio de refeições diárias servidas no Restaurante Panorâmico em Braga e no Grill em Guimarães, não tendo sido possível ao Administrador disponibilizar no momento esses dados. No que respeita à requalificação do espaço, o Administrador afirmou que, face à escassez dos recursos financeiros e aos avultados investimentos previstos, não será possível resolver este problema sem o recurso a um novo espaço, tendo já sido efetuados em 2018 alguns contactos nesse sentido.

Em resposta ao Conselheiro Victor Soares, o Administrador confirmou estar previsto no orçamento a passagem de oito Assistentes Operacionais para a categoria de Encarregados Operacionais e, relativamente ao combate ao absentismo, disse não ser possível apresentar medidas em concreto, dado que será ainda levado a cabo um estudo para apurar as suas causas e encontrar as medidas que o permitam diminuir.

No que diz respeito aos protocolos, disse existirem protocolos com diferentes instituições para modalidades muito especializadas, as quais oferecerem os seus serviços aos utentes da UMinho, protocolos esses que estão a ser sujeitos a uma profunda revisão, razão pela qual neste momento não são de acesso público.

O Reitor elogiou o documento, bem como o desempenho do Administrador, e referiu que os SASUM são reconhecidos como sendo um serviço de qualidade, fruto do trabalho desenvolvido ao longo de muitos anos. Mencionou o reforço das parcerias estratégicas com os Serviços de Ação Social de outras instituições congéneres no âmbito do Consórcio UNorte.PT, bem como o reforço de articulação com as Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (UOEI) da Universidade, parcerias essas que requerem um repensar do desenho organizacional dos serviços de modo a preparar a sua adaptação a novas circunstâncias e desafios, o que confere maior relevância à apresentação dos Estatutos e Regulamento Orgânico para objeto de análise pelo Conselho.

Reiterou a não possibilidade de, nos últimos anos, serem introduzidas práticas de melhoria continuada nas infraestruturas, encontrando-se assim os serviços confrontados com situações que exigem intervenções de emergência, as quais irão esgotar as possibilidades financeiras disponíveis para operar nesta área. Recordou que a questão do alojamento constituiu uma preocupação central ao longo de 2018, e sê-lo-á também em 2019, havendo expectativa sobre as decisões que serão assumidas em definitivo pela Tutela. Reconheceu a existência de desequilíbrios entre os serviços de alimentação prestados no Campus de Gualtar e no Campus de Azurém, quando considerada a qualidade das infraestruturas, mas disse não haver instrumentos que permitam alterar de forma substantiva estas condições, encontrando-se em estudo uma alternativa que permita elevar a um outro patamar os serviços de Azurém.

Quanto à questão dos protocolos, disse que o quadro de relações no âmbito do desporto é muito denso, sendo o seu entendimento de que estes protocolos deverão ser revistos, no sentido de consolidar o tipo de relações tidas e procurar assegurar outras com entidades do conselho de Guimarães.

O Presidente colocou de seguida à votação o Plano de Atividades para 2019 dos SASUM, o qual foi aprovado por unanimidade.

## **2. Orçamento dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho para 2019**

O Reitor referiu que o orçamento proposto está em linha com o Plano de Atividades apresentado e que a Administração da Universidade tem vindo a solicitar aos SASUM um rigor acrescido e um esforço adicional na captação de verbas próprias. Disse existirem constrangimentos de natureza orçamental que decorrem do facto de as transferências do Estado serem claramente insuficientes para a natureza do serviço entendido

como aquele que deve ser prestado à Comunidade, o que requer um cuidado adicional na gestão dos escassos recursos e exige uma capacidade de geração adicional de receitas próprias.

O Administrador afirmou que o orçamento para o ano de 2019 se caracteriza por uma elevada previsão e estimativa, quer nas receitas, assim como nas despesas, face às incertezas e imposições exógenas. Deu conhecimento de que a previsão da receita é de 9.299.792 €, a qual provém das transferências do Orçamento de Estado em 2.350.000 € (25% do orçamento total); das receitas próprias em 5.782.100 € (62% do orçamento total); das transferências da UMinho em 648.203 € (7% do orçamento total) e das transferências oriundas da União Europeia no valor de 519.489 € (6% do orçamento total).

No que respeita à despesa, informou que as despesas com o pessoal serão de 4.236.900 € (46%), assistindo-se a um aumento na ordem do meio milhão de euros por força da integração dos trabalhadores ao abrigo do PREVPAP, que as despesas de funcionamento ascenderão aos 4.830.170 € (52%) e as despesas de capital a 232.722 € (2%).

Terminada a apresentação do Orçamento dos SASUM para o ano de 2019, houve lugar ao debate sobre o mesmo.

A Conselheira Graça Coelho felicitou o Administrador pelo foco nas pessoas (trabalhadores e estudantes), bem como nas parcerias estratégicas, parecendo-lhe também interessante dinamizar algumas parcerias com as empresas da região no que respeita à atribuição de bolsas para os estudantes mais carenciados. Entendeu ser importante detalhar a rubrica “Outros trabalhos especializados”, dado que a mesma representa 10% dos custos totais de funcionamento e o valor é bastante considerável. Sugeriu que, à semelhança do que acontecia no passado, fosse mantido no documento o orçamento por atividades, bem como as demonstrações financeiras previsionais e o balanço, no sentido de possibilitar a análise comparativa dos orçamentos de anos anteriores, de modo a perceber o nível de concretização das atividades que constam no plano de atividades e confrontá-las com o respetivo orçamento.

O Administrador informou que a rubrica de “Outros trabalhos especializados” diz respeito a consultorias no âmbito do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA) e a gestão de projetos. No que respeita à não inclusão da demonstração financeira no documento, informou que, muito embora esta tenha sido realizada, foi decidido não a apresentar, o mesmo acontecendo com o orçamento por atividades, cuja não publicação ficou a dever-se à necessidade de repensar a metodologia de alocação e distribuição dos custos e receitas comuns a algumas das atividades.

O Reitor recordou o facto de os SASUM terem sido confrontados com o aumento da massa salarial por força da integração de trabalhadores ao abrigo do PREVPAP, decorrente do incumprimento do compromisso formalmente assumido pelo governo português em prover adequadamente a Universidade dos meios financeiros para a integração destes trabalhadores. Esta situação obrigou à mobilização de receitas próprias

para proceder à regularização destes trabalhadores, prevendo-se igual situação no ano de 2019. Chamou a atenção para o facto de este orçamento ter bem clarificado o destino das verbas transferidas pela UMinho para os SASUM, explicitando que as mesmas estão apenas consignadas a um conjunto de despesas, aumentando assim a transparência do orçamento dos SASUM e da UMinho.

O Presidente agradeceu as intervenções e colocou à votação o Orçamento dos SASUM para o ano de 2019, o qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente solicitou aos membros do Plenário para que fosse invertida a ordem dos trabalhos referente aos pontos 3. e 4., por entender fazer mais sentido a apreciação em primeiro lugar dos Estatutos dos SASUM, seguido do Regulamento Orgânico, não tendo sido colocada qualquer objecção por parte dos presentes.

#### **4. Proposta de alteração dos Estatutos dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho**

O Reitor fez um breve enquadramento, recordando que o texto dos Estatutos e do Regulamento Orgânico tinha já sido objeto de uma primeira apreciação do Conselho prévia à respetiva consulta pública, sendo agora apresentados os documentos finais nos quais foram incorporadas as contribuições recebidas.

O Administrador agradeceu a todos aqueles que fizeram chegar contributos e deu a conhecer as três propostas de alteração recebidas, as quais foram acolhidas na totalidade.

Face à relevância dada no Plano de Atividades à constituição do Conselho Consultivo dos SASUM, o Conselheiro Victor Soares sugeriu que os novos Estatutos pudessem desde já integrar este órgão, conferindo-lhe assim a devida referência estatutária.

Foi colocado à votação o texto final dos Estatutos dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, o qual foi aprovado por maioria, com a abstenção da Conselheira Maria José Casa-Nova, que apresentou como fundamento da sua abstenção o facto de o documento ter sido enviado em data muito próxima da reunião, não lhe tendo sido possível proceder convenientemente à sua análise de modo a poder pronunciar-se sobre o mesmo.

#### **3. Regulamento Orgânico dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho**

O Administrador informou que este documento tinha recebido mais sugestões de alteração em sede de consulta pública, tendo-as apresentado sucintamente ao Conselho e informado de quais haviam sido atendidas.

O Conselheiro Victor Soares pediu esclarecimento sobre se os montantes constantes no Orçamento para 2019 possibilitam ou não o provimento das cinco posições de direções intermédias previstas no Regulamento Orgânico, dado que tinha sido referido que a implementação desta nova orgânica estaria condicionada pela concretização ou não de resultados financeiros. O Administrador referiu que, de facto,

aquando da elaboração do Regulamento Orgânico, o preenchimento destes lugares estava dependente de resultados financeiros e do desempenho destes serviços. Recordou que o preenchimento dessas vagas será realizado de forma faseada, precisamente para que possam ser tidos em atenção os valores das receitas obtidas e dos compromissos que vão sendo assumidos ao longo dos anos. Afirmou que, face ao aumento das receitas que se tem vindo a verificar, lhe parece viável a possibilidade de provimento de algumas dessas posições ainda durante o ano de 2019.

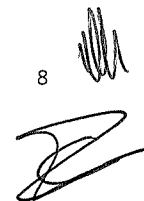
Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente colocou à votação o Regulamento Orgânico dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, o qual foi aprovado por maioria, com a abstenção do Conselheiro Victor Soares, que afirmou que o seu sentido de voto assenta nos mesmos pressupostos que determinaram posição análoga na reunião de 23 de julho de 2018, pressupostos esses que constam da declaração de voto anexa à ata da referida reunião.

#### **5. Estatutos da Associação CECOLab – Collaborative Laboratory Towards Circular Economy**

O Reitor fez uma breve introdução afirmando que as propostas apresentadas ao Conselho se inserem na implementação de novos Laboratórios Colaborativos, os quais constituem uma nova figura do sistema científico e tecnológico que fomenta a articulação entre o campo científico e os campos económico e social. Realçou o papel destes laboratórios na criação de emprego científico e qualificado, assim como na articulação das comunidades científicas com outras comunidades pertencentes ao tecido económico e social. Testemunhou o compromisso e a qualidade das propostas, bem como o envolvimento dos professores da UMinho no processo de candidatura, e informou que na primeira fase de candidaturas foram aprovados seis Laboratórios Colaborativos, um dos quais coordenado pela UMinho, na pessoa do Prof. Doutor António Cunha, e na segunda fase foram aprovados cinco, nos quais a UMinho participa de forma expressiva.

Foi conferida a palavra ao Conselheiro Eugénio Ferreira para, na qualidade de Diretor do Centro de Investigação em Engenharia Biológica, proceder à apresentação das propostas das Associações cuja génese se encontra no Centro de Investigação por ele dirigido – a Associação CECOLab – Collaborative Laboratory Towards Circular Economy; a Associação CoLab4Food – Laboratório Colaborativo para Inovação da Indústria Alimentar e a Associação Laboratório Colaborativo Investigação e Inovação em Biorrefinarias.

Relativamente à Associação CECOLab – Collaborative Laboratory Towards Circular Economy, informou que a coordenação do projeto ao nível da UMinho estará ao seu cargo e apresentou as principais características e objetivos do mesmo. Deu conhecimento de que este laboratório estará orientado para a implementação da alteração do paradigma da Economia Linear para a Economia Circular, a qual releva o ciclo dos produtos, dos materiais e dos recursos numa perspetiva de reutilização, reciclagem e avaliação das possibilidades de valorização desses produtos com vista à minimização de resíduos, contribuindo assim para a sustentabilidade. Salientou o facto de Portugal ter definido as questões relacionadas com a Economia





Circular como prioridade, tendo sido produzido um plano de ação por parte do Ministério do Ambiente e criada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia uma agenda de investigação na qual opera um grupo de trabalho. Referiu ainda o envolvimento da União Europeia, através da disponibilização de um conjunto significativo de investimentos, assim como o das Nações Unidas. Por último, deu a conhecer os parceiros das áreas da Economia, Indústria e Sociedade envolvidos, bem como a repartição do capital da Associação.

#### **6. Estatutos da Associação CoLab4Food – Laboratório Colaborativo para Inovação da Indústria Alimentar**

O Conselheiro Eugénio Ferreira começou por referir que o Centro de Investigação em Engenharia Biológica será o responsável pela coordenação científica da Associação CoLab4Food – Laboratório Colaborativo para Inovação da Indústria Alimentar, e que a mesma ficará a cargo do Prof. Doutor José Teixeira. Transmitiu que esta estrutura operará na área das indústrias alimentares e que os seus principais desafios estão agrupados em quatro vetores - o consumidor, as alterações demográficas, os recursos e a maturidade do setor, tendo apresentado alguns dos elementos a estudar em cada um desses vetores. Afirmou que os pilares da candidatura estão centrados em torno da segurança alimentar e da saúde, apresentando como principais objetivos o fornecimento de comida de alta qualidade, segura e com baixo impacto ambiental, bem como o fornecimento de capacidade de inovação às empresas. Deu a conhecer as instituições envolvidas ao nível da indústria, das instituições universitárias e dos laboratórios do Estado e informou que as instalações da Associação estarão sediadas em Vairão, estando também previsto um polo em Oeiras.

#### **7. Estatutos da Associação Laboratório Colaborativo Investigação e Inovação em Biorrefinarias**

Foram apresentados pelo Conselheiro Eugénio Ferreira todos os parceiros envolvidos na Associação, quer ao nível das empresas, bem como das instituições universitárias, e informados os presentes de que a coordenação por parte da UMinho será efetuada pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Madalena Alves.

Explicou que o objetivo principal da biorrefinaria, em contraposição com as refinarias onde são usados hidrocarbonetos para a produção de produtos químicos, é o da utilização de hidratos de carbono, provenientes da biomassa florestal de origem vegetal, com vista à implementação da economia de muito baixo carbono. O trabalho a desenvolver pretende contribuir para a descarbonização no setor transportador, para o melhoramento da segurança do mix energético nacional e para a substituição da obtenção de matérias primas, produtos intermediários e produtos finais, atualmente de origem fóssil, a partir da biomassa.

## **8. Estatutos da Associação para a Bioeconomia Azul – Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul (B2E)**

Para proceder à apresentação da proposta de participação da UMinho na Associação para a Bioeconomia Azul – Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul (B2E), foi solicitada a presença da Prof.<sup>a</sup> Doutora Manuela Gomes, Presidente do I3Bs, e do Investigador Tiago Silva, responsável pelo projeto.

A Prof.<sup>a</sup> Manuela Gomes informou o Conselho de que a participação da UMinho nesta Associação provém do facto de o I3Bs ter já um historial de envolvimento em projetos nacionais e europeus na área da valorização e utilização de diversos recursos marinhos, assim como na sua exploração em aplicações biomédicas, e realçou o conjunto de entidades e empresas envolvidas, num total de dezasseis instituições, as quais detêm uma participação igualitária.

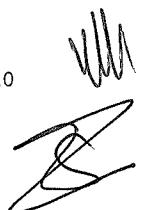
O Investigador Tiago Silva informou que o objetivo principal do Laboratório Colaborativo é o de melhorar os níveis de atuação de duas áreas ligadas ao mar, a aquacultura e a biotecnologia, identificadas como sendo aquelas que representam maior potencial de crescimento e inovação com impacto ao nível da indústria. O projeto a desenvolver visará a melhoria das técnicas de aquacultura, a qual assume um papel cada vez maior na alimentação humana, e a utilização mais sustentável dos recursos da pesca, em cruzamento com a aquacultura. Procurará também explorar outras aplicações para os produtos vindos do mar, entre outras, nas áreas da biomédica e da indústria farmacêutica.

Finda a apresentação de todas as propostas, o Presidente chamou a atenção para a importância da área dos recursos marinhos e enfatizou a necessidade de fortalecimento das colaborações com a Galiza nesta matéria.

A Conselheira Paula Silva informou os presentes da existência de um conjunto de candidaturas a projetos na área do património e da cultura, nos quais a Direção Geral do Património Cultural é operadora, e de que as verbas disponíveis são significativas, o que poderá ser uma boa oportunidade para a Universidade.

A Conselheira Graça Coelho felicitou todas as iniciativas, tendo considerado que as mesmas têm um grande impacto no crescimento da economia do país. Partilhou a experiência da sua colaboração no Laboratório Colaborativo para a Transformação Digital, cuja cooperação com as empresas considerou de facto efetiva e onde é criado valor visível para além do emprego qualificado. Entendeu que a colaboração entre o saber científico e o tecido empresarial fará a diferença no futuro e permitirá a entrada em novos mercados.

O Conselheiro Luís Amaral felicitou as iniciativas, tendo-as considerado de grande importância para a UMinho, mas chamou a atenção para a responsabilidade acrescida da Universidade em realizar uma gestão cuidada da complexa articulação entre os novos laboratórios e os institutos de interface já existentes. Conhecedor destes processos, o Conselheiro Manuel Carvalho da Silva secundou a intervenção do



Conselheiro Luís Amaral e reforçou a necessidade de uma grande organização e uma convergência de posições. Recordou que estes processos surgiram num quadro em que ainda não estava definida a forma de financiamento da parte relativa aos fundos público, definição essa que está ainda a ser ajustada, e que os compromissos têm riscos por força da evolução da situação política interna e externa. Chamou também a atenção para o facto de o financiamento na componente pública se destinar apenas a três anos, sendo que a projeção de funcionamento dos Laboratórios Colaborativos é de cinco, pelo que deverão ser acautelados os riscos do financiamento pelo Fundo Social Europeu e Projetos Regionais.

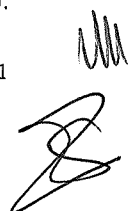
O Reitor considerou que a participação da UMinho nestas Associações só é possível face ao histórico da Universidade de relações com entidades externas à própria instituição. Considerou que a entrada dos Laboratórios Colaborativos na área científica e tecnológica trará, naturalmente, riscos reais ao nível interno e externo, mas que a UMinho definirá a estratégia mais adequada com vista ao sucesso da sua participação nessas estruturas, de forma a fazer convergir todas as entidades para o objetivo de fortalecimento da UMinho, da região e do país.

A título informativo, o Conselheiro Paulo Pereira comunicou que está em preparação uma candidatura para a participação da UMinho num Laboratório Colaborativo na área da indústria da construção, promovido pela Plataforma Portuguesa da Construção.

Foram de seguida colocadas à votação as participações da UMinho na Associação CECOLab – Collaborative Laboratory Towards Circular Economy; na Associação CoLab4Food – Laboratório Colaborativo para Inovação da Indústria Alimentar; na Associação Laboratório Colaborativo Investigação e Inovação em Biorrefinarias e Associação para a Bioeconomia Azul – Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul (B2E), tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

## **9. Informações**

O Reitor deu a conhecer alguns dos eventos levados a cabo pela Universidade no período de outubro 2018 até à presente data, tendo destacado, entre outros, a apresentação do Sistema Interno da Garantia da Qualidade; a atribuição do grau de Doutor Honoris Causa ao Professor Rui Reis pela Universidade de Bucareste; a atribuição do prémio Município do ano pela UM-Cidades; a comemoração dos 25 anos do Centro de Computação Gráfica; a sessão de debate com o Governo de Portugal na passagem do terceiro ano de mandato; o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas levadas a cabo pelo Conselho de Reitores das Universidades do Sudoeste Europeu, com vista ao alargamento da rede ao país Basco e à Aquitânia; a formalização do edital de cooperação entre a UMinho e a Universidade de S. Paulo para suporte à parceria estratégica na área da investigação; o início da preparação da candidatura no quadro das alianças de universidades europeias, no âmbito do Programa ERASMUS +, que terá como pano de fundo a defesa dos valores europeus e envolve, para além da UMinho, as Universidades de Lille (França), que coordenará, Malmö (Suécia), Roma Tre (Itália) Babeş-Bolyai (Roménia), Mykolas Romeris (Lituânia) e Wrocław (Polónia).

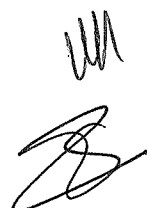


Referiu ainda a assinatura de dois protocolos com a Câmara Municipal de Braga, um para a realização de um estudo tendente à intervenção da UMinho na Ínsua das Carvalheiras e um outro para a renovação do protocolo existente há já 15 anos relativamente à Biblioteca Lúcio Craveira da Silva. Fez referência à apresentação em Guimarães de uma estrutura de missão e desenvolvimento sustentável Guimarães 2030, a qual envolve várias instituições de Ensino Superior e outras entidades com presença forte no Conselho de Guimarães, bem como à tomada de posse dos órgãos do I3Bs e as comemorações do Dia da Escola de Direito e do Instituto de Letras e Ciências Humanas, com homenagens, respetivamente, ao Professor Sérgio Machado dos Santos e ao Professor Vítor Aguiar e Silva. Por último, mencionou a comemoração do 41.º aniversário da AAUM e a primeira iniciativa da Convenção do Ensino Superior, iniciativa do CRUP levada a cabo no ISCTE, que pretende colocar na agenda pública questões essenciais do Ensino Superior.

No âmbito do acompanhamento das atividades da Universidade pelo Conselho, a Conselheira Helena Guimarães solicitou ao Reitor o ponto de situação sobre o processo de avaliação institucional por parte da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, no sentido de saber se já seria possível fazer um balanço provisório do resultado da avaliação. O Reitor informou que o processo está ainda em desenvolvimento, tendo sido recebido há cerca de oito dias o relatório preliminar de avaliação elaborado pela Comissão Externa de Avaliação. Disse que o documento está agora a ser devidamente analisado, dado que a UMinho tem direito a exercer uma pronúncia sobre os resultados dessa avaliação, e que daí resultará o relatório e recomendações finais. Referiu que o documento provisório apresenta um conjunto de recomendações úteis e que, aquando do encerramento formal do processo, serão dadas a conhecer ao Conselho as principais conclusões.

O Conselheiro Bruno Gonçalves chamou a atenção para os encontros ocorridos em Braga e Guimarães entre o Reitor e os Estudantes, os quais revelam uma nova forma de a Universidade se relacionar com a Comunidade Académica, tal como expresso no Plano de Atividades, e mostrou interesse em que estes se realizem regularmente. Solicitou informação sobre qual a extensão futura do protocolo relativo à Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva e aludiu à primeira iniciativa da Convenção Nacional do Ensino Superior, entendendo que a UMinho deverá acolher a realização de uma destas iniciativas. Ainda no âmbito da Convenção, disse que a questão que nela predominou foi a das propinas, entendidas inicialmente como um fator de seletividade, traduzida em mais qualidade e acesso diferenciado, e que acabaram por se revelar como ferramenta de exclusão de acesso ao 1.º ciclo do Ensino Superior. Na sua opinião deverá existir uma reflexão profunda e um repensar sobre o modo de financiamento do Ensino Superior em Portugal.

O Conselheiro Nuno Reis mostrou-se surpreendido com a constituição da Comissão de Honra da Convenção, em particular na ausência de elementos mais jovens, dado que a média de idades das entidades que a integram é de 65 anos. Referiu também a baixa participação de jovens em toda a convenção e destacou a intervenção excessiva por parte das entidades governativas nos diferentes painéis da sessão. Considerou ter



existido uma centralização em torno de questões pontuais, com especial ênfase para a questão das propinas, em detrimento da discussão alargada de matérias importantes, como por exemplo, o Ensino Superior no quadro comunitário para 10 anos, a Lei do Financiamento do Ensino Superior e o abandono escolar.

O Conselheiro Manuel Carvalho da Silva sugeriu que o Conselho reflita sobre as diversas temáticas que poderão ser relevadas nas diferentes sessões desta Convenção, tendo mostrado particular preocupação com o facto de Portugal apresentar uma taxa média de idade de frequência Universitária muito baixa, situação que, no seu entender, deverá merecer uma análise cuidada por parte das universidades no que respeita ao recrutamento, assim como pela Tutela em termos de definição de políticas públicas sobre esta matéria.

O Conselheiro Victor Soares saudou a iniciativa de realização da Convenção em torno do Ensino Superior e enalteceu a participação do Reitor e dos Estudantes da UMinho na mesma. No entanto, disse ser o seu entendimento de que o funcionamento do Ensino Superior engloba também as atividades levadas a cabo pelos trabalhadores Técnicos, Administrativos e de Gestão, razão pela qual lhe pareceu importante que estas convenções possam também contar com a participação destes trabalhadores.

O Reitor informou o Conselho de que a UMinho será convocada para uma intervenção na terceira iniciativa da Convenção, a realizar em data a fixar no mês de abril, na qual o tópico central serão as relações entre a Universidade, a Sociedade e a Economia. Percebeu as preocupações com a média etária dos membros da Comissão de Honra, mas entendeu que aquela sessão em específico continha temáticas que requeriam a mobilização de alguma experiência política e de gestão. Referiu que, muito embora tenha sido dado grande relevo à questão das propinas, foram também amplamente discutidos o acesso ao Ensino Superior, o perfil do recrutamento, quando comparado com outros países onde a média etária está acima dos 40 anos e em Portugal essa média é muito mais baixa, assim como questões relacionadas com a Ação Social e a relação Ensino Superior versus Ensino Secundário.

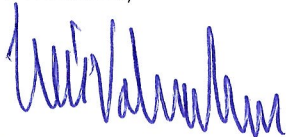
Partilhou a preocupação do Conselheiro Bruno Gonçalves sobre as propinas, considerando que algumas das posições expressas colocam em risco o modelo de financiamento das universidades portuguesas, no qual a componente das propinas tem um peso importante na receita total das instituições. Recordou que a Lei do Orçamento do Estado para 2019 assume um compromisso de transferência de verbas, necessárias a compensar as perdas que as instituições vão conhecer face à redução do valor da propina.

A Conselheira Maria José Casa-Nova solicitou ao Reitor informação sobre a inclusão da temática da Educação de Adultos nas próximas sessões a realizar por esta Convenção, tendo em consideração a necessidade urgente que Portugal tem em qualificar, sob o ponto de vista escolar, a população adulta. O Reitor afirmou que esta temática foi já abordada em dois tópicos da primeira sessão que cruzam esta matéria, designadamente, a qualificação dos portugueses face aos restantes países europeus e o recrutamento, e nos quais foram apresentados dados de reflexão muito interessantes, pelo que o tema da Educação de Adultos não será retomado nas próximas sessões.



Finda a ordem dos trabalhos, o Presidente agradeceu a todos os Conselheiros e ao Reitor as intervenções tidas ao longo da reunião e declarou findos os trabalhos pelas 13:10 horas, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária.

O Presidente,



A Secretária,





Universidade do Minho  
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Reunião Plenária nº 01/2019  
Sessão extraordinária  
14/01/2019

Nome	Rubrica
Álvaro Iriarte Sanromán	<i>Álvaro</i>
Ana Maria da Silva Pereira Henriques Serrano	<i>Ana Maria Serrano</i>
Bruno Alexandre Rocha Gonçalves	<i>Bruno Gonçalves</i>
Diamantino Manuel Ínsua Pereira	<i>Diamantino</i>
Eugénio Manuel de Faria Campos Ferreira	<i>Eugénio Ferreira</i>
Inês da Costa e Silva	<i>Inês da Costa e Silva</i>
Isabel Maria Costa Soares	<i>Isabel Maria Costa Soares</i>
José Gonçalves Teixeira	<i>José Gonçalves Teixeira</i>
Luís Alfredo Martins Amaral	<i>Luís Alfredo Martins Amaral</i>
Luís Francisco Valente de Oliveira	<i>Luís Francisco Valente de Oliveira</i>
Manuel Carvalho da Silva	<i>Manuel Carvalho da Silva</i>
Maria da Graça Oliveira da Cunha Coelho	<i>Maria da Graça Oliveira da Cunha Coelho</i>
Maria Helena Almeida Silva Guimarães	<i>Maria Helena Almeida Silva Guimarães</i>
Maria José Arantes Costa	<i>Maria José Arantes Costa</i>
Maria José Manso Casa-Nova	<i>Maria José Manso Casa-Nova</i>
Nuno Henrique Vieira Reis	<i>Nuno Henrique Vieira Reis</i>
Óscar Filipe Coelho Neves Gonçalves	<i>Óscar Filipe Coelho Neves Gonçalves</i>
Patrícia Penélope Mendes Jerónimo Vink	<i>Patrícia Penélope Mendes Jerónimo Vink</i>
Paula Araújo Pereira da Silva	<i>Paula Araújo Pereira da Silva</i>
Paulo António Alves Pereira	<i>Paulo António Alves Pereira</i>
Ramón Villares	<i>Ramón Villares</i>
Sandra Cristina Almeida Paiva	<i>Sandra Cristina Almeida Paiva</i>
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	<i>Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares</i>